

# MEMÓRIA DE QUILOMBOS E A REINVENÇÃO DA IDENTIDADE E TERRITORIALIDADE NEGRA

## Coordenadores:

- Jucélia Bispo dos Santos  
**Titulação mais alta:** Doutor(a)  
**Filiação institucional:** Universidade do Estado da Bahia

**Resumo:** O tema dos remanescentes de quilombos promoveu a criação de novos sujeitos políticos depois da origem do Decreto 4.887/03 de 20 de novembro de 2003, em todo Brasil. Essa legislação prevê o reconhecimento de quilombos através da autodeclaração coletiva do grupo. Depois da criação de novas políticas públicas para quilombolas, algumas comunidades negras do Brasil buscaram o reconhecimento jurídico. Tal processo foi conduzido por meio da reinvenção de uma identidade política portadora de direitos que é informada por uma memória ancestral. A memória, neste sentido, tem grande importância, visto que em geral se tratam de comunidades iletradas, de forte tradição oral e que encontra na reinvenção de suas identidades uma oportunidade de recriação historiográfica. Este minicurso parte, portanto, dos relatos orais de populações quilombolas para entender as relações existentes entre memória, território e identidade quilombola, na manutenção dos direitos destas populações.

**Justificativa:** Esse simpósio temático objetiva analisar a questão do reconhecimento das comunidades quilombolas brasileiras está associada à evolução da atuação dos movimentos sociais que lutam pelas minorias étnicas. Entre 1988 e 2003, foram elaboradas várias concepções classificatórias diante do tema dos remanescentes de quilombos, todas construídas com base na ideia de raça e etnia. Especialmente nos anos 2000 o termo quilombo emergiu como metáfora política socialmente produtiva que marcou a sua criação como categoria jurídica sob um decreto constitucional. O discurso da identidade quilombola é construído de acordo com as diversas expectativas dos projetos articulados nos espaços regionais. Esse movimento não acontece a partir de uma única demanda, de um único movimento social e atores sociais de um mesmo segmento. O movimento quilombola é multifacetado e plural, uma vez que pode agregar diversos mediadores, como representantes da sociedade política, representantes da sociedade civil e moradores das comunidades que pretendem buscar o reconhecimento como quilombola. Dessa forma, entende-se que hoje, no Brasil, a categoria quilombo é demarcada pela lógica política que gera disputas no plano dos movimentos sociais e dos órgãos do Estado. Partindo desse pressuposto, será feita uma reflexão sobre a identidade quilombola, enquanto um novo significado para repensar a categoria jurídica propriedade na contemporaneidade, em face do contexto social plural e democrático que tem o desafio de assegurar direitos aparentemente contraditórios.

**Bibliografia:** ABA. Documentos do Grupo de Trabalho sobre as comunidades Negras Rurais. In: Boletim Informativo NUER, n., 1994.

ANJOS, R.S.A.dos. Territórios das Comunidades Remanescentes de Antigos Quilombos no Brasil: Primeira Configuração Espacial. 3. ed. Brasília: Mapas Editora e Consultoria, 2005.

ARRUTI, J. M. Mocambo: Antropologia e História do processo de formação quilombola. São Paulo: Edusc, 2006.

ARRUTI, J.M. Recuperação da memória do lugar auxilia laudo antropológico. Entrevista concedida em 10/03/2004. Disponível em [www.comciencia.br](http://www.comciencia.br).

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Senado, 1988.

BRASIL. Lei nº 4.132, de 10 de setembro de 1962. Define os casos de desapropriação por interesse social e dispõe sobre sua aplicação.

BRASIL. Secretaria de Direitos Humanos. Portal SDH. Disponível em: <http://www.direitoshumanos.gov.br/> Consultado em 23/05/2013.

BRASIL. Relatório de Gestão Programa Brasil Quilombola, 2012.

CÂMARA DOS DEPUTADOS, PL 3.654/2008)271.

CARVALHO, José Jorge. Prefácio. In CARVALHO, José Jorge (Org) O Quilombo do Rio das Rãs. Histórias, Tradições, Lutas. Salvador, EDUFBA, 1996 p. 7-10.

CASTELLS, Manuel. A Era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura. O poder da Identidade. Volume 2. São Paulo, Paz e Terra, 1992.

FRASER, Nancy. Da Redistribuição ao Reconhecimento? Dilemas da justiça na era pós-socialista. Trad. Marcia Prates. In: SOUZA, Jessé (org.). Democracia hoje: novos desafios para a teoria democrática contemporânea. Brasília: Editora, Universidade de Brasília, 2001.

FRASER, Nancy. Mapeando a imaginação feminista: da redistribuição ao reconhecimento e à representação. Rev. Estud. Fem. [online]. 2007, vol.15, n.2 [citado 2010-01-15], pp. 291-308 .